aquele salto, que inscreveu a vida no universo que conhecemos, ainda permanecem como objeto de pesquisa (e de polêmica) entre os especialistas e mesmo as hipóteses mais ousadas propostas pela ciência contemporânea carecem de plena comprovação e consensualidade.

As formas elementares desse novo ser vivo, capazes de se manter e reproduzir apenas no quadro de mútuas interações e de interações com a natureza inorgânica, também mediante processos evolutivos complicados e muitíssimo largos em termos temporais, diferenciaram-se enormemente e se desenvolveram a ponto de constituir organismos animais bastante complexos, verdadeiramente superiores na escala natural — os mamíferos primatas. As indicações científicas disponíveis mais seguras permitem afirmar que foi dos primatas, através de outro salto qualitativo, sobre o qual carecemos de conhecimentos detalhados (embora existam várias hipóteses), que surgiu a espécie humana.

Trata-se, mesmo, de um outro *salto* — o surgimento da espécie humana não configura uma necessidade da evolução biológica nem o desdobramento de uma programação genética: foi uma autêntica ruptura nos mecanismos e regularidades naturais, uma passagem casual como a da natureza inorgânica à orgânica e foi precedida, certamente, de modificações ocorrentes numa escala temporal de largo curso. A espécie humana desenvolve-se como um outro **novo tipo de ser**, até então inexistente, e cujas peculiaridades não se devem à herança biológica nem a condições geneticamente predeterminadas: um modo de ser radicalmente inédito, o **ser social**, dotado de uma complexidade de novo tipo e exponencialmente maior que a verificável na natureza (inorgânica e orgânica).

Na base desse *salto* está um fenômeno desconhecido no mundo natural: está uma atividade que grupos de primatas começaram a exercitar e que responde pelo desenvolvimento que os distinguiria e destacaria de todas as outras formas vivas. Uma atividade que se inscrevia no conjunto de esforços que os grupos tinham de efetivar para sobreviver — esforços voltados para extrair da natureza os meios de manter e reproduzir a sua vida, voltados para atender às necessidades elementares de manutenção e reprodução física dos grupos e seus membros. Essa atividade desencadeou *transformações substantivas* em tais grupos e seus membros: o seu exercício determinou o surgimento de relações e desdobramentos inexistentes na natureza. Essa atividade, num grau de desenvolvimento que certamente demandou um

dilatadíssimo lapso de tempo, adquiriu características especiais, configurando o que já denominamos *trabalho*. Noutras palavras: foi através do trabalho — tal como o sinalizamos nas páginas precedentes — que grupos de primatas se transformaram em grupos humanos, *foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal*. Ou, se se quiser: *o trabalho é fundante do ser social*, precisamente porque é de ser social que falamos quando falamos de humanidade (sociedade).

A sociedade não é simplesmente o agregado dos homens e mulheres que a constituem, não é um somatório deles, nem algo que paira acima deles; por outro lado, os membros da sociedade não são átomos, nem mônadas, que reproduziriam a sociedade em miniatura. Não se pode separar a sociedade dos seus membros: não há sociedade sem que estejam em interação os seus membros singulares, assim como não há seres sociais singulares (homens e mulheres) isolados, fora do sistema de relações que é a sociedade. O que chamamos sociedade são os modos de existir do ser social; é na sociedade e nos membros que a compõem que o ser social existe: a sociedade, e seus membros, constitui o ser social e dele se constitui.

O surgimento do ser social foi o resultado de um processo mensurável numa escala de milhares de anos. Através dele, uma espécie natural, sem deixar de participar da natureza, transformou-se, através do trabalho, em algo diverso da natureza — mas essa transformação deveu-se à sua própria atividade, o trabalho: foi mediante o trabalho que os membros dessa espécie se tornaram seres que, a partir de uma base natural (seu corpo, suas pulsões, seu metabolismo etc.), desenvolveram características e traços que os distinguem da natureza. Trata-se do processo no qual, mediante o trabalho, os homens produziram-se a si mesmos (isto é, se autoproduziram como resultado de sua própria atividade), tornando-se — para além de seres naturais — seres sociais. Numa palavra, este é o processo da história: o processo pelo

^{2.} Em todo este capítulo, menciona-se que os processos aqui relacionados implicaram longos períodos de tempo. Com efeito, pesquisas arqueológicas e antropológicas indicam que a primeira forma hominídea (*Australopithecus anamensis*) surgiu sobre a Terra há cerca de 4 milhões de anos e que a evolução que levou ao aparecimento da forma hominídea de que descendemos (*Homo sapiens sapiens*) culminou há cerca de cem mil anos. Até à invenção da escrita, o aparecimento do homem configura a chamada "Pré-história", que geralmente se divide em três períodos: o *paleolítico* ("idade da pedra lascada"), que se estendeu por mais de 2,5 milhões de anos; o *neolítico* ("idade da pedra polida"), iniciado há mais de 20 mil anos (a transição do paleolítico ao neolítico designa-se por *mesolítico*) e a *idade dos metais*, que coneçou por volta de 6,000 a.C.